

Revista Brasileira de Odontologia Legal – RBOL

ISSN 2359-3466

<http://www.portalabol.com.br/rbol>



Revisão de Livro – Book Review

TÍTULO: PERITO ODONTOLEGISTA – PREPARATÓRIO PARA CONCURSO

Coordenador: Rhonan Ferreira da Silva.

Editora: Sanar, Salvador.

Ano (Edição/Páginas): 2019 (2ª edição/335p).

ISBN: 9788554620639.

Linguagem: português.

Revisado por:

Thaís Xavier. Perita Oficial Odontologista da Polícia Científica do Paraná, Brasil.
thais.xa@gmail.com.

DO COORDENADOR

Rhonan Ferreira da Silva é graduado em Odontologia pela Universidade Federal de Goiás, Mestre em Odontologia Legal e Deontologia e Doutor em Biologia Bucodental pela Faculdade de Odontologia de Piracicaba da Universidade Estadual de Campinas. Professor Adjunto de Odontologia Legal da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Goiás e Perito Criminal Oficial da Superintendência de Polícia Técnico-Científica de Goiás (Seção de Antropologia Forense e Odontologia Legal do Instituto Médico Legal de Goiânia). Também atua como Perito Judicial do Tribunal de Justiça de Goiás e do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região do mesmo estado, além de fazer parte da autoria de diversas publicações científicas no campo da Odontologia Legal (Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4750802Y9>).

REVISÃO DA OBRA

O livro “Perito Odontologista – Preparatório para Concurso” (2ª Edição, Figura 1) representa uma criteriosa coletânea de temas essenciais à rotina de estudos daqueles que anseiam exercer a Odontologia no âmbito das perícias criminais. Com capítulos dedicados a tópicos cobrados pelos mais variados certames da área (Quadro 1), a referida obra oferece uma diversificada seleção de questões provenientes de concursos públicos já realizados, o que faz com que

todo o conteúdo proposto constitua-se em uma excelente fonte de informações.

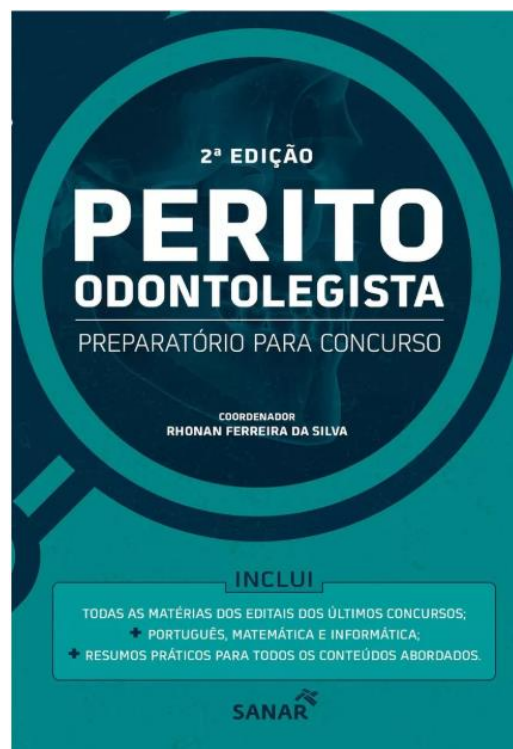


Figura 1 – Capa do livro “Perito Odontologista – Preparatório para Concurso”, 2ª edição.

Mas não são apenas os temas e questões disponibilizados que tão bem qualificam a obra. Além do fato de profissionais de excelência serem responsáveis pela organização dos capítulos, há outros aspectos de caráter diferencial. Com relação especificamente às questões apresentadas, estas são

classificadas de acordo com o grau de dificuldade conferido (fácil, intermediário ou difícil) e comentadas alternativa por alternativa. A classificação das questões traz o benefício de permitir ao leitor avaliar o próprio conhecimento frente a perguntas de diferentes níveis de exigência, enquanto os comentários fornecidos a cada alternativa de resposta são excelentes para a completa compreensão da questão, ao mesmo tempo em que podem dirimir possíveis dúvidas associadas. Além disso, um outro aspecto diferencial são os resumos apresentados ao final de cada capítulo, nos quais os autores agregam ainda mais informações às temáticas abordadas e ressaltam os pontos mais importantes de cada uma. Dessa forma, tem-se viabilizada uma grata forma de imersão no universo da Odontologia Legal.

Quadro 1. Sumário

1. Código de Ética Odontológica
2. Exercício Lícito da Odontologia
3. Documentação Odontológica
4. Perícias e Peritos
5. Documentos Odontolegais
6. Tanatologia Forense
7. Traumatologia Forense
8. Lesões do Complexo Bucomaxilofacial
9. Identidade e Identificação Humana
10. Identificação Odontolegal
11. Métodos Auxiliares para a Identificação Humana
12. Marcas de Mordida
13. Genética Forense
14. Antropologia Forense
15. Radiologia Forense
16. Desastres em massa
17. Língua Portuguesa
18. Matemática
19. Informática

Sendo assim, inicialmente o livro apresenta temas voltados ao cenário ético e legal relacionado à atuação profissional do cirurgião-dentista. Sob esse panorama, o Capítulo 1 trata de um documento primordial ao bom desempenho da profissão: o Código de Ética Odontológica (CEO)¹. De teor ímpar para qualquer cirurgião-dentista, o CEO é também

matéria indispensável nos concursos públicos para odontologistas. Tal tema, apresentado de forma muito pertinente pelos autores, traz questões derivadas de diferentes tópicos do Código e um resumo prático voltado àqueles frequentemente cobrados em provas, como sigilo profissional, por exemplo.

Em consonância com essa temática, o Capítulo 2 – “Exercício Lícito da Odontologia”, promove a continuidade da incursão no contexto da atividade profissional regular. Nesse ponto torna-se indispensável o estudo, entre outros dispositivos, da Lei 5.081 de 24 de agosto de 1966², que regulamenta o exercício da Odontologia no país. São elencadas então nessa parte da obra questões que conseguem alcançar de forma ampla os preceitos relacionados ao exercício profissional, abordagem esta que é ainda aprofundada com explicações adicionais esclarecedoras sobre o tema.

Em sequência, agregando mais informações relativas à atuação dos cirurgiões-dentistas, o terceiro capítulo versa sobre a documentação odontológica. O conjunto de documentos que formam o prontuário odontológico tem grande importância para a atividade clínica profissional³, de forma que a correta elaboração e armazenamento desses documentos se trata também de um dever dos cirurgiões-dentistas¹. Esse tema, além de relevante para concursos públicos, é caracterizado também como frequente fonte de dúvidas dos profissionais, principalmente no que concerne a tópicos ainda discutidos atualmente, tais como guarda e posse dos prontuários. Nesse sentido, com a leitura do capítulo obtêm-se informações relevantes sobre o tema, assim como uma correta compreensão de aspectos ao mesmo tempo essenciais e passíveis de interpretações errôneas.

Já a partir do Capítulo 4 o contexto é modificado e os autores iniciam o direcionamento a questões voltadas propriamente ao universo pericial, tão almejado pelo público alvo da obra. “Perícias e Peritos” é dividido didaticamente de forma a tratar de perícias em âmbito cível e criminal. Com relação ao primeiro tipo de perícias – estas cada vez mais comuns devido ao aumento observado quanto ao número de processos de responsabilidade civil instaurados contra cirurgiões-dentistas^{4,5}, são trazidas questões que abordam pontos como a responsabilidade civil do profissional e a

atuação das partes envolvidas no respectivo processo. Além disso, pode-se contar também com comentários detalhados referentes ao Código de Processo Civil⁶, peça fundamental nesse tipo de atuação pericial. E em continuação, com relação às perícias criminais – em torno das quais gira a ação específica do odontologista, novamente são trazidas questões das mais diversas, estas muito bem embasadas pelos comentários de cada alternativa e pela análise de conceitos associados ao Código de Processo Penal⁷, cruciais à atividade pericial desenvolvida nesse âmbito.

Seguindo a leitura dos capítulos, um outro ponto crucial ao contexto pericial é abordado pelo Capítulo 5, “Documentos Odontolegais”. Esses documentos, de forma geral, são aqueles produzidos pelos cirurgiões-dentistas em razão do exercício profissional e utilizados para comprovação de fatos de interesse à Justiça⁸. Sendo assim, fazem parte desses documentos os laudos, pareceres e atestados, além das notificações e prontuários. Os laudos, por exemplo, são produzidos rotineiramente pelos peritos e contêm a descrição detalhada da perícia realizada, a fim de responder à solicitação da autoridade policial ou judiciária⁹. Então, nessa parte do livro é explicado como se classificam os documentos odontolegais, ao mesmo tempo em que também são evidenciadas as características específicas de cada um.

Alterando novamente a temática, os Capítulos 6 e 7 tratam de áreas mais abrangentes, não específicas à Odontologia Legal, mas de grande importância: Tanatologia e Traumatologia Forense. Enquanto a primeira corresponde ao estudo da morte e de suas repercussões jurídicas e sociais, a segunda estuda as lesões e estados patológicos que são originados com violência no corpo humano⁹. Sendo assim, no capítulo dedicado à Tanatologia Forense são estudados os conceitos e características dos diferentes tipos de morte, além de vários conteúdos relativos aos fenômenos abióticos e transformativos aos quais os cadáveres estão sujeitos nos processos de decomposição ou conservação. Já no capítulo dedicado à Traumatologia Forense, os autores dividem as questões entre os vários subtópicos abrangidos pelo tema (como os diferentes tipos de energias causadoras das lesões, por exemplo). Observa-se também serem bastante variadas as questões apresentadas, o que

viabiliza uma abordagem realmente satisfatória do extenso conteúdo apresentado.

A seguir, tem-se o Capítulo 8, “Lesões do Complexo Bucomaxilofacial”. Sob esse tópico estão incluídos os exames periciais de lesões corporais, que fazem parte da rotina diária dos odontologistas e nos quais a atuação desses profissionais é essencial para a correta qualificação das lesões de acordo com a Lei¹⁰⁻¹². O referido capítulo apresenta, portanto, conteúdo relativo às lesões corporais e ao exame de corpo de delito, entre vários conceitos relevantes correlacionados. Todo o conhecimento disponibilizado é muito bem trabalhado no texto, além de ser acompanhado por uma mostra clara e bem organizada do aparato legal pertinente.

Em continuidade, tem-se o Capítulo 9, que introduz um assunto de extrema relevância, inclusive tratado também por outros capítulos em sequência: “Identidade e Identificação Humana”. No capítulo em questão são trabalhados os conceitos primordiais relativos à identidade e identificação, assim como são apresentados os requisitos básicos concernentes aos processos de identificação humana. Ainda, como não poderia faltar em um capítulo voltado a esse tema, nessa parte da obra já são fornecidas informações a respeito de um dos métodos primários de identificação, a papiloscopia. É de conhecimento fundamentado que os métodos primários de identificação humana são aqueles capazes de identificar um indivíduo pelo emprego de suas técnicas exclusivamente, sem depender de outros métodos para se chegar ao resultado esperado, ou seja, de identificação positiva ou de exclusão de identidade¹³. Assim, com a abordagem de conceitos fundamentais, o presente capítulo muito bem introduz o assunto.

O próximo tema, inserido de forma dar continuidade ao capítulo anterior, é também de máxima importância no contexto pericial, sobretudo para os peritos odontologistas. A identificação odontolegal, também um método primário de identificação – ao lado das metodologias referentes à papiloscopia e à genética forense¹³, é apresentada no que tange às particularidades da identificação humana por meio dos dentes. Os dentes são estruturas com características individualizadoras, únicas; além desse fato, a identificação por meio Odontologia é também um método de execução rápida e

de baixo custo^{14,15}, o que favorece ainda mais a aplicação da técnica. Assim, tem-se no Capítulo 10 a disponibilização de um conteúdo indiscutivelmente notório e instigante.

O capítulo seguinte, que permanece agregando informações ao amplo assunto da identificação, é dado pelos “Métodos Auxiliares para a Identificação Humana”. Conforme indicado pelo próprio título, esses métodos podem ser definidos como aqueles secundários que conferem informações adicionais que terão o papel de auxiliar o processo de identificação¹⁶. Dessa forma, são apresentadas as metodologias correspondentes ao alcance do odontologista, sendo a palatoscopia (análise das rugosidades palatinas), a queilosopia (estudo das impressões labiais) e a reconstrução facial forense. Ressalta-se que o aludido capítulo disponibiliza não somente questões e explicações de interesse, como também tabelas e ilustrações auxiliares, o que é bastante favorável para estudo.

Seguindo, temos pelo Capítulo 12 o tema “Marcas de Mordida”. A análise das marcas de mordidas constitui uma ferramenta importante à disposição dos peritos, uma vez que as superfícies atingidas pela mordedura podem fornecer evidências tanto físicas, quanto biológicas referentes à autoria do fato¹⁷. Considerando a relevância do tema, o capítulo evidencia a interface entre marcas de mordidas e potencial de identificação, além de trazer definições e comentários que remetem às características desses tipos de lesões, às diferenças entre mordidas humanas e de animais, assim como às condutas a serem seguidas durante o exame pericial.

Dando continuidade aos tópicos cobrados em concursos públicos, a Genética Forense é o próximo a ser abordado. Tema do décimo terceiro capítulo, os conhecimentos da genética são aplicados para fins de identificação propriamente, mas também para determinação de vínculo de parentesco. São apresentadas no capítulo questões variadas a respeito da estrutura do DNA e das formas de coleta, armazenamento e análise do material genético. Considerando ainda que se trata de um tópico em que é preciso ter um certo grau de conhecimento prévio, os autores sabiamente auxiliam o leitor com noções básicas de biologia molecular, citando temas como

polimorfismos genéticos e métodos de detecção de DNA.

Prosseguindo pelos capítulos, o de número 14 traz a Antropologia Forense, ciência esta voltada à análise minuciosa de ossadas humanas com o fito de auxiliar o processo de identificação e de determinação da causa da morte¹⁷. Por meio da Antropologia Forense é possível realizar estudos de ancestralidade, determinação de sexo, estimativas de idade e estatura, sendo que todas essas competências da Antropologia são elementos de forte impacto no âmbito pericial.

Encerrando os tópicos voltados à Odontologia Legal e às perícias afins, os próximos capítulos, 15 e 16, trazem “Radiologia Forense” e “Desastres em massa”. A radiologia odontológica voltada ao cenário pericial contribui com inúmeros casos, já que a aplicação das imagens radiográficas permite não só a identificação via comparação de exames realizados antes e após a morte, como também uma análise mais acurada em casos de Antropologia Forense e de exames de lesões corporais¹⁶. Com relação aos desastres em massa, constituem tema de elevada importância e que evidencia ainda mais o papel imprescindível da Odontologia entre as abordagens empregadas para a identificação humana¹³.

Por fim, os três últimos capítulos correspondem a assuntos externos à Odontologia Legal, mas cujo conhecimento é necessário para aqueles que pretendem se aventurar em concursos públicos: Língua Portuguesa, Matemática e Informática. A inserção desses temas no livro é excelente, porque além de serem tratados de forma recorrente nos certames, constituem matérias que muitas vezes trazem dificuldades aos candidatos com formação em áreas diversas, como ocorre para os cirurgiões-dentistas. Assim, em meio a sintaxe, lógica proposicional, segurança da informação e etc, os leitores encontram informações valiosas nas questões e resumos disponibilizados que, sem dúvidas, auxiliam significativamente no preparo para concursos.

A segunda edição do livro “Perito Odontologista – Preparatório para Concurso” se trata, tal como a primeira edição, de uma publicação de caráter único, perspicaz em sua criação frente à demanda por uma obra direcionada ao preparo de candidatos a esses tipos de certames da área odontológica. Com

riqueza de assuntos e com uma cuidadosa preparação de todo o conteúdo, o livro estabelece-se, de forma incontestável, como obra de consulta obrigatória pelos cirurgiões-dentistas que planejam se tornar peritos odontologistas.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Conselho Federal de Odontologia. Código de Ética Odontológica. Aprovado pela Resolução n. 118, de 11 de maio de 2012. Disponível em: http://cfo.org.br/website/wp-content/uploads/2018/03/codigo_etica.pdf. Acesso em: 21 de junho de 2019.
2. Brasil. Lei n. 5.081, de 24 de agosto de 1966. Regula o exercício da Odontologia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5081.htm. Acesso em: 21 de junho de 2019.
3. Almeida CAP, Zimmermann RD, Cerveira JGV, Julivaldo FSN. Prontuário odontológico – uma orientação para o cumprimento da exigência contida no inciso VIII do art. 5º do Código de Ética Odontológica. Relatório final apresentado ao Conselho Federal de Odontologia pela Comissão Especial instituída pela Portaria CFO-SEC-26, de 24 de julho de 2002. Rio de Janeiro. 2004, 39p. Disponível em: http://www.cro-rj.org.br/prontuario/prontuario_2004.pdf. Acesso em: 21 de junho de 2019.
4. Fonseca GS, Azevedo ACS, Diniz DSOL, Menezes FS, Silva MLCA, Musse JO et al. Aspectos legais da utilização do prontuário digital na Odontologia. Rev Bras Odon Leg RBOL. 2014; 1(1):69-77. <http://dx.doi.org/10.21117/rbol.v1i1.9>.
5. Lino Junior HL, Terada ASSD, da Silva RHA, Soltoski MPC. Levantamento de processos de responsabilidade civil envolvendo a Odontologia na comarca de Londrina, Paraná, Brasil. Revista Jurídica. 2017; 1(46):515-31. <http://10.6084/m9.figshare.5581765>.
6. Brasil. Lei n. 13,105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 21 de junho de 2019.
7. Brasil. Decreto-Lei n. 3,689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/-lei/del3689.htm. Acesso em: 21 de junho de 2019.
8. Daruge E, Daruge Júnior E, Franceschini Júnior L. Tratado de Odontologia Legal e Deontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2017.
9. França GV de. Medicina Legal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2019.
10. Brasil JAC, Musse JO. Caracterização da perícia odontológica em Instituto Médico Legal do interior da Bahia. Rev Bras Odon Leg RBOL. 2015; 2(2):35-47. <http://dx.doi.org/10.21117/rbol.v2i2.37>.
11. Vicenzi B, Nadal L, Fosquiera EC. Estudo retrospectivo de lesões do complexo maxilomandibular nos laudos do Instituto Médico-legal de Cascavel (PR). Rev Bras Odontol Leg RBOL. 2017; 4(2):02-11. <http://dx.doi.org/10.21117/rbol.v4i2.94>.
12. Valente RPA, Franco A, Silva RF, França BHS. Análise das sentenças judiciais envolvendo deformidades permanentes em cabeça e pescoço na jurisprudência dos tribunais da região sul do Brasil. Rev Bras Odontol Leg RBOL. 2018; 5(2):39-48. <http://dx.doi.org/10.21117/rbol.v5i2.178>.
13. INTERPOL Disaster Victim Identification Guide. Disponível em: <https://www.interpol.int/How-we-work/Forensics/Disaster-Victim-Identification-DVI>. Acesso em: 21 de junho de 2019.
14. Magalhães LV, Pacheco KTS, Carvalho KS. O potencial da Odontologia Legal para a identificação humana das ossadas do departamento médico legal de Vitória/ES. Rev Bras Odontol Leg RBOL. 2015; 2(2):5-19. <http://dx.doi.org/10.21117/rbol.v2i2.27>.
15. Castro AGB, Galvão MF, Melo CH, Oliveira CPBT, Oliveira EAS, Trindade Filho A. Análise odontológica de detalhes anatômicos incisais e oclusais, em especial “flor de lis”, para identificação forense – relato de caso. Rev Bras Odontol Leg RBOL. 2018; 5(2):85-93. <http://dx.doi.org/10.21117/rbol.v5i2.204>.
16. Marques J, Aras W. Odontologia Legal. São Paulo: Editora Leud; 2017.
17. Couto RC. Perícias em Medicina & Odontologia Legal. Rio de Janeiro: MedBook; 2011.